

RS 3,00

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

QUARTA-FEIRA, 17 de março de 2026

OSCAR

## "Agente" perdeu!

Apesar de estar contemplado em cinco categorias do Brasil, não saiu vencedor na premiação. O filme "O Agente Secreto" perdeu as categorias de Melhor Filme, Melhor Filme Internacional, Melhor Ator (Wagner Moura) e Melhor Elenco, enquanto Adolpho Veloso não levou a estatueta de Melhor Fotografia.

OPINIÃO

## No caminho da equidade de gênero

OSMIR GOMES DOS SANTOS  
Juiz de Direito na Comarca da Ilha de São Luís (MA)

## ÁGUAS DE MARÇO....

# Chuvas colocam cidades de refinaria em Bacabeira

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

# de detonação de explosão em planta

### Vereadores de São Luís debatem paralisação e crise do transporte

Parlamentares em discussão com os impactos da paralisação, que já chega ao quarto dia, e cobraram providências para garantir a retomada do serviço essencial à população.



### BATIDO MARTELO

## Flavio Dino decide pelo fim da aposentadoria compulsória como punição para juizes

A decisão do ministro Flavio Dino marca um ponto de virada no julgamento ao alvará das sanções disciplinares a reformados em audiência de 2019. Ao considerar inconsistente a aposentadoria remunerada como "castigo", Dino defende que infrações graves devem resultar na perda definitiva do cargo. A medida busca extinguir o que a sociedade muitas vezes percebe como privilégio, garantindo que o rigor administrativo prevaleça sobre benefícios previdenciários.

### CBF, FMF e Justiça não chegaram a acordo e decisão deve ir para o STF

Junio Dantas Martins, após 75 dias de negociação, a Confederação de Futebol quer apenas 15 dias para a entidade assumir a gestão. O resultado da audiência de hoje vai ser enviado ao Supremo Tribunal Federal.



### Fribal recebe visita do Fundador da ONG Gerando Falcões, Edu Lyra

Da diretoria do Grupo Fribal, Gustavo Oliveira, Carlos Francisco e Elaine Oliveira receberam na sede da empresa o empreendedor social Edu Lyra



### BASTIDORES

Palanque de Orleans ignora Felipe Camarão e enaltece figura de Lula

**SHOPPING DA ILHA**

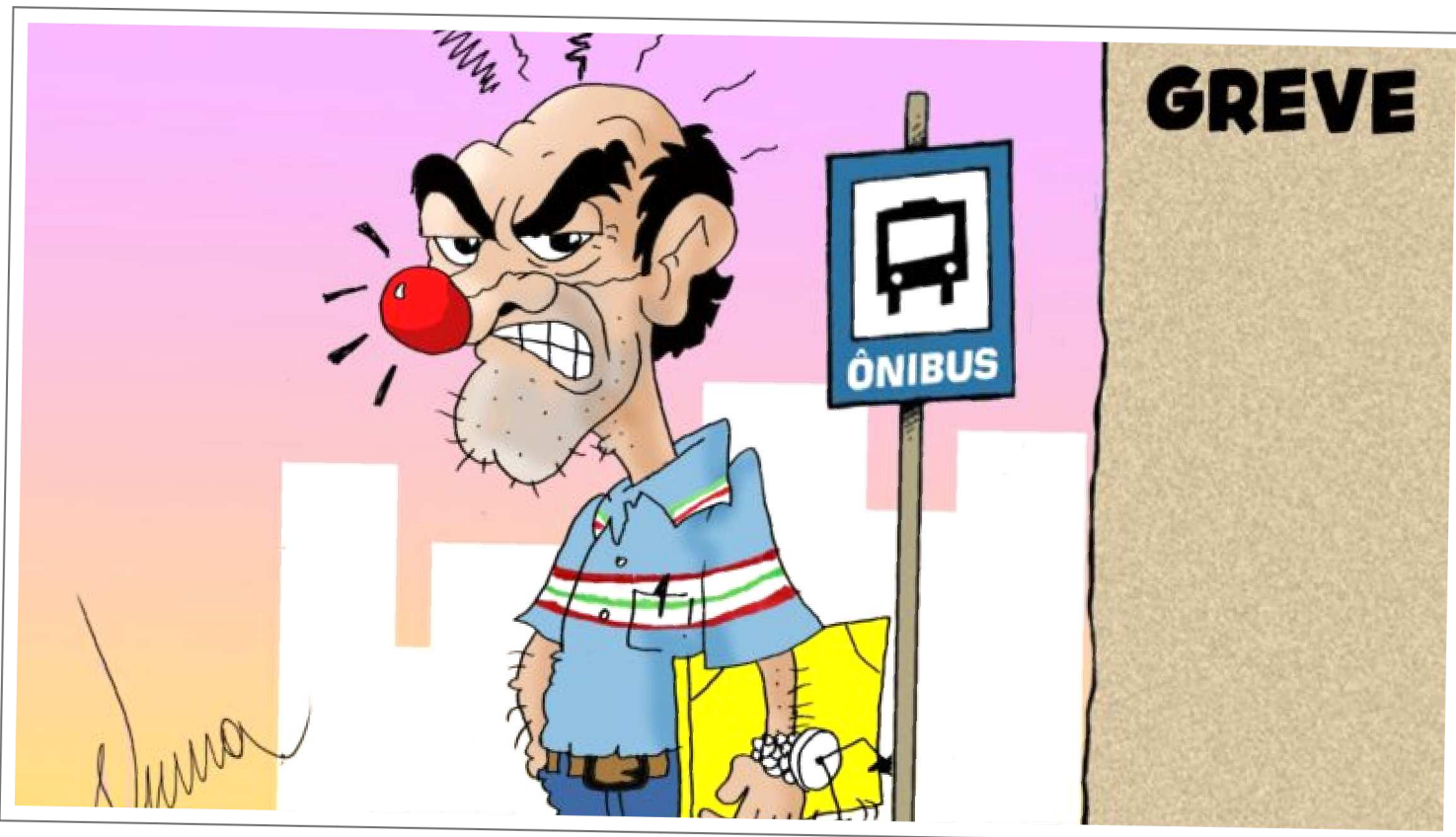
SEGUNDA A SEXTA ÀS 20H30  
SÁB, DOM E FERIADOS ÀS 15H30 · 18H · 20H30

**Circo AMERICANO**

INGRESSOS: CIRCOAMERICANO.COM.BR

AMARELO

Plique e o Chor



## Por que o mínimo existencial não é igual para todos?

**DRA. AMANDA HAVILA**  
Especialista em Direito Tributário

De acordo com um estudo da Predictus, as ações de Superendividamento tiveram um aumento de 8.530% desde 2021. Mas do que se trata esse tipo de ação e quem pode ingressar com ela? É considerado superendividado aquela pessoa que não consegue pagar a totalidade de suas dívidas sem comprometer despesas essenciais como alimentação, moradia, saúde e transporte, por exemplo. Para além disso, na prática, superendividado é aquele cidadão que por diversos motivos, como por razões de saúde, ou para constituir patrimônio, adquiriu empréstimos e por alguma razão não conseguiu quitar. E o que ele faz? Acaba por contrair novo empréstimo para pagar aquele ao qual já está devendo, e outro e mais um, formando uma “bola de neve” de dívidas.

A situação decorre também da concessão desenfreada de recursos por parte das instituições financeiras. Há casos de liberação de crédito tendo como critério apenas o valor contido no contracheque. A falta da devida aferição da capacidade de pagamento, muitas vezes encontra-se com um cidadão já comprometido com outras dívidas. Trata-se de uma realidade cada vez mais comum, impulsionada pela oferta indiscriminada de crédito, pela publicidade agressiva e pela falta de informação adequada sobre os riscos do endividamento. Nesse contexto, o mínimo existencial surge como um instrumento de proteção, impedindo que a cobrança de dívidas leve o indivíduo a uma situação de completa vulnerabilidade social. O conceito de mínimo existencial tem fundamento constitucional e decorre diretamente do princípio da dignidade da pessoa humana. Ele não se limita à simples sobrevivência, mas abrange as condições mínimas para uma vida digna. No âmbito da Lei do Superendividamento, esse conceito passou a ser utilizado como parâmetro para a reorganização das dívidas do consumidor, especialmente nos processos de repactuação. O problema surge quando se tenta transformar o mínimo existencial em um valor fixo ou em um percentual uniforme da renda, como se fosse possível aplicar a mesma medida a todas as pessoas, independentemente de suas realidades. A tentativa de padronização ignora fatores

fundamentais que influenciam diretamente no orçamento de cada indivíduo.

A composição familiar, por exemplo, altera de forma significativa as despesas mensais. Uma pessoa solteira possui necessidades muito diferentes daquelas que sustentam filhos, idosos ou pessoas com deficiência. Da mesma forma, condições de saúde impactam diretamente o mínimo necessário para viver. Gastos contínuos com medicamentos, tratamentos médicos ou terapias não podem ser considerados supérfluos, pois dizem respeito à própria preservação da vida. Além disso, o custo de vida varia de acordo com a localidade. Despesas básicas como aluguel, transporte e alimentação não possuem o mesmo valor em todo o território nacional. Ignorar essas diferenças é desconsiderar a realidade concreta do consumidor.

A forma de obtenção da renda também influencia o cálculo do mínimo existencial. Pessoas com renda variável, como autônomos e trabalhadores informais, enfrentam maior instabilidade financeira e necessitam de uma margem maior de proteção, enquanto aqueles com renda fixa possuem previsibilidade diferente. Ou, no contraponto, pessoas que auferem alta renda, têm o seu mínimo existencial compatível ao padrão de vida em que vivem. Não é pelo luxo, mas essas pessoas não podem simplesmente se desfazer dos seus bens, sejam eles móveis ou imóveis, para pagar as dívidas e se enquadrarem no mínimo de R\$ 600,00 previsto por decreto. Outro aspecto relevante é a fase da vida em que o consumidor se encontra. Jovens, adultos economicamente ativos e idosos possuem necessidades distintas.

A legislação reconhece a maior vulnerabilidade da população idosa, reforçando a ideia de que o mínimo existencial deve ser analisado de forma individualizada. Tratar realidades tão diversas de maneira uniforme pode gerar graves injustiças e comprometer a finalidade da lei. A fixação automática do mínimo existencial, muitas vezes por meio de percentuais genéricos da renda líquida, pode até facilitar a administração dos processos, mas não atende ao propósito de proteção da dignidade humana. Para alguns consumidores, esse percentual pode ser suficiente; para outros, signi-

fica abrir mão de despesas essenciais, como alimentação adequada ou medicamentos. O direito não pode se afastar da realidade social quando está em jogo a subsistência das pessoas. Nesse cenário, o papel do Judiciário torna-se fundamental.

A Lei do Superendividamento exige uma análise sensível e concreta da situação do consumidor, com a valorização de audiências de conciliação e da construção de planos de pagamento compatíveis com a realidade financeira de cada caso. Para demonstrar como na prática isso acontece, em recente decisão no TJMA, um magistrado sabiamente reconheceu que a interpretação literal e restritiva da lei não deve prevalecer, tendo em vista que um valor fixo e tão irrisório não pode ser considerado, em abstrato, como o “mínimo existencial” para todos os cidadãos de um país de dimensões continentais e com custos de vida tão diversos. O juiz entende, ainda, que a noção de mínimo existencial deve ser analisada caso a caso, levando em consideração a realidade socioeconômica do devedor e os princípios da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana.

Vale destacar que a proteção ao mínimo existencial não se confunde com incentivo ao descumprimento das obrigações: o objetivo não é estimular o inadimplemento, mas permitir que o consumidor honre suas dívidas sem perder o mínimo necessário para viver com dignidade. A legislação protege o consumidor de boa-fé, que não agiu de forma fraudulenta ou irresponsavelmente deliberada. O desafio está em equilibrar a preservação do crédito com a proteção da dignidade humana, evitando que a cobrança de dívidas empurre o indivíduo para a exclusão social. Está ainda em entender que o mínimo existencial não é igual para todos e reconhecer que as pessoas vivem realidades distintas e necessidades distintas. A efetividade da Lei do Superendividamento depende de uma aplicação humanizada, que considere o contexto social, econômico e pessoal de cada consumidor. Mais do que números ou percentuais, o mínimo existencial representa a garantia de que ninguém será obrigado a escolher entre pagar dívidas e sobreviver. A dignidade humana não pode ser reduzida a um desumano cálculo matemático.

### ARTIGO

## No caminho da equidade de gênero

**OSMAR GOMES DOS SANTOS**  
Juiz de Direito na Comarca da Ilha de São Luís (MA)

Há dias que rememoramos ano após ano e que trazem marcas próprias, não consistindo em mera data que homenageia fatos ou personalidades, mas que carrega significados e histórias. O 8 de março é um deles, que nos toma como uma espécie de memória coletiva. Ela adentra nossas casas, senta-se à mesa, ocupa os debates e pergunta, com delicadeza e firmeza: que lugar a mulher ocupou ontem, ocupa hoje e ocupará amanhã?

Foi-se o tempo – e assim deve ser – em que a mulher viveu à margem das decisões que moldavam um mundo marcado pelas relações patriarcais. Em praticamente todas as sociedades, sua existência era apagada, relegada a uma importância secundária de procriar, cuidar da casa e da família. Nesse modelo antigo – que, por vezes, insiste em dialogar com o presente – a autoridade masculina era algo natural. O pai decidia, o marido determinava e a mulher compreendia bem o seu papel e seu lugar. Uma estrutura social construída sob a ótica masculina. Mas a história tem um hábito curioso: ela muda quando alguém se recusa a aceitar o que parecia definitivo. E foram muitas as mulheres que, em diferentes épocas, começaram a questionar esse lugar imposto.

Em fábricas, escolas, praças e assembleias surgiram vozes que transformaram o curso do tempo. Maria Firmina dos Reis, por exemplo, marcou época no Maranhão e no Brasil por ousar questionar, estudar, escrever e inovar o papel da mulher na sociedade. Assim como ela, muitas vozes ecoaram do chão de fábrica e elevaram o tom no momento de dor das jornadas exaustivas, salários menores que os homens e condições precárias. Invisíveis para o Estado, para as leis e para a sociedade, elas resistiram. Não obstante, organizaram protestos, greves e movimentos. Reivindicavam algo simples, mas revolucionário para a época: respeito, dignidade no trabalho, igualdade. Daí advém a luta pelo direito ao voto, que chegou de forma modesta e se consolidou com o passar das décadas.

Cada conquista abria espaço para outras, como o acesso à educação, ao mercado de trabalho, à política e à ciência. A cena doméstica foi trocada pelas cadeiras das universidades, os bancos dos tribunais, posições em empresas e assento no parlamento. Mulheres discursaram, marcharam e enfrentaram resistência para conquistar algo que hoje parece elementar: participar das decisões políticas de seu próprio país. A luta valeu a pena e as conquistas consolidaram marcos civilizatórios importantes.

Restou comprovado que quando as mulheres avançam, a sociedade inteira avança com elas e ninguém fica para trás. Comunidades tornam-se mais justas, economias mais fortes, famílias mais equilibradas e democracias mais completas. Mas, apesar das conquistas, sabe-se que o caminho não é plano. Mulheres continuam enfrentando desigualdades salariais, barreiras profissionais e violência em diferentes formas.

Daí porque quando celebramos o dia da mulher, reafirmamos que evoluímos enquanto seres humanos e reacendemos a esperança para seguir enfrentando o machismo estrutural que molda comportamentos e se manifesta nas mais diversas relações sociais. Portanto, 8 de março é momento para comemorar os direitos conquistados, mas, ao mesmo tempo, lembrar que a equidade tão esperada ainda delinea o horizonte ao fim de uma estrada a ser percorrida.

**O IMPARCIAL**  
EMPRESA FACOTILINA S.A.  
Rua Azeiteiros, Chã de São Luís, 611 - BARRAGEM II  
São Luís - Maranhão - CEP 65070-670

<p><b>Redação</b> Editorial redacao@oimparcial.com.br</p>	<p><b>Celio Segio</b> Diretor Executivo</p>
<p><b>Assessoria</b> Assessoria assessoria@oimparcial.com.br</p>	<p><b>Raimundo Borges</b> Diretor de Redação</p>

**FALE CONOSCO - GRUPO O IMPARCIAL**

<p><b>Marketing</b> 98 9 8175 4604</p>	<p><b>COMERCIAL</b> 98 9 8175 4604</p> <p><b>REDES SOCIAIS</b> Facebook: @oimparcialma Instagram: @oimparcialma www.oimparcial.com.br</p>
--	---

São Luís, terça-feira, 17 de março de 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

# Vereadores debatem paralisação do transporte

Parlamentares manifestaram preocupação com os impactos da paralisação, e cobraram providências para garantir a retomada do serviço essencial à população

A greve no sistema de transporte público de São Luís, iniciada no último dia 13 de março, foi um dos principais temas discutidos pelos vereadores durante a sessão ordinária desta segunda-feira (16), na Câmara Municipal. Parlamentares manifestaram preocupação com os impactos da paralisação, que já chega ao quarto dia, e cobraram providências para garantir a retomada do serviço essencial à população.

Durante o debate, o vereador Pavão Filho (PSB) destacou os prejuízos causados pela suspensão do transporte coletivo e defendeu maior atuação dos poderes públicos para solucionar o impasse. Segundo ele, a paralisação compromete diretamente o deslocamento dos trabalhadores e afeta a economia da cidade.

“A população da nossa cidade está sem transporte para ir e vir. A economia está abalada com a paralisação que já está no quarto dia. Esta Casa não pode ficar em silêncio porque representa a população. O transporte

coletivo é um dos serviços essenciais de São Luís”, afirmou.

O parlamentar também relembrou aspectos do contrato de concessão do transporte coletivo firmado em 2016, durante a gestão do então prefeito Edivaldo Holanda Júnior. De acordo com ele, o acordo previa revisão anual da tarifa, revisão contratual a cada quatro anos e a circulação de cerca de 700 ônibus, sendo 70% da frota equipada com ar-condicionado. No entanto, segundo o vereador, essas exigências não estariam sendo cumpridas. “Hoje, quando não há greve, circulam apenas cerca de 550 ônibus. São Luís tem um dos piores sistemas de transporte coletivo do Brasil. O empresário reclama da tarifa, o usuário reclama da qualidade do serviço e a Prefeitura afirma que não dará reajuste. O sistema vai entrando em um processo de degradação e os maiores prejudicados são os trabalhadores”, pontuou Pavão Filho, defendendo ainda uma atuação do Poder Judiciário diante da situação.

O vereador Astro de Ogum (PCdoB) também criticou a persistência dos problemas no sistema de transporte público da capital. Para ele, a situação se arrasta há anos e exige medidas estruturais por parte do poder público. “Esse problema do transporte público é uma ferida crônica. Quando vemos o Executivo anunciar R\$ 1,6 bilhão em obras na cidade, questionamos por que ainda não resolveu o problema do transporte. A Prefeitura tem condições de financiamento. Se ainda não solucionaram, é porque não quiseram”, afirmou.

O co-vereador do Coletivo Nós (PT), Jhonatan Soares, também se manifestou sobre a paralisação, lembrando que esta é a terceira interrupção do serviço registrada somente neste ano. O parlamentar destacou a necessidade de aprofundar o debate institucional sobre o tema e cobrou esclarecimentos sobre o repasse de subsídios ao sistema.

## CRISE NO TRANSPORTE PÚBLICO

### Promotora investigará possíveis omissões da prefeitura

A promotora de Justiça do Consumidor, Lítia Cavalcanti, instaurou um inquérito civil para investigar possíveis omissões da Prefeitura de São Luís na gestão do sistema de transporte público da capital maranhense. A apuração ocorre em meio à paralisação do serviço desde sexta-feira, 13, após mais uma greve dos rodoviários, episódio que reacende a discussão sobre a crise estrutural enfrentada pelo setor nos últimos anos.

O procedimento foi aberto pela 12ª Promotora de Justiça de Defesa do Consumidor e inclui, além do Município, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de São Luís (SET) e os consórcios responsáveis pela operação do sistema. O objetivo é verificar se houve falhas na prestação do serviço e se os direitos dos usuários do transporte coletivo estão sendo comprometidos.

A investigação também pretende esclarecer como são definidos e aplicados os recursos públicos destinados ao subsídio tarifário pago às empresas de transporte. O repasse tem sido apontado como uma das principais ferramentas utilizadas pelo poder público para manter o funcionamento do sistema, sobretudo diante das dificuldades financeiras alegadas pelas concessionárias.

Segundo a promotora, uma das principais questões levantadas pelo Ministério Público é a transparência no cálculo desses valores e os critérios técnicos utilizados para justificar os repasses. “O subsídio é dinheiro público, portanto precisamos saber qual foi o estudo realizado para se chegar àquele valor”, afirmou Lítia Cavalcanti.

ti.

O inquérito busca ainda compreender a real estrutura de custos do transporte coletivo em São Luís. Entre os documentos solicitados estão planilhas detalhadas sobre despesas operacionais, número de ônibus em circulação, dados sobre a renovação da frota e os valores pagos em subsídios entre os anos de 2021 e 2026. A análise dessas informações deve permitir ao Ministério Público avaliar se os recursos estão sendo utilizados de forma adequada e se o serviço oferecido à população corresponde aos investimentos realizados.

#### Motivação do inquérito

Outro ponto que motivou a abertura do procedimento foi a ausência de respostas da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), atualmente comandada por Manuella Oliveira Fernandes. De acordo com a promotora, diversos ofícios foram encaminhados e representantes da pasta foram convidados para reuniões, mas não houve retorno nem comparecimento.

“Todas as reuniões realizadas na promotoria contam com convites aos representantes da SMTT, mas eles nunca comparecem e também não respondem aos ofícios. Diante disso, tivemos de instaurar um inquérito para termos poder de requisitar informações e adotar providências mais rigorosas”, declarou a promotora.

A ausência de diálogo institucional, segundo o Ministério Público, dificulta a busca por soluções para um problema que vem se agravando ao longo

dos anos. O sistema de transporte da capital tem sido marcado por sucessivas paralisações, conflitos trabalhistas, reclamações de usuários sobre superlotação, frota insuficiente e intervalos prolongados entre os ônibus.

Além das dificuldades operacionais, o setor enfrenta uma crise econômica decorrente da queda no número de passageiros registrada nos últimos anos, fator que tem sido frequentemente citado pelas empresas como justificativa para o aumento da dependência de subsídios públicos.

Esse cenário, na avaliação do Ministério Público, impacta diretamente milhares de moradores de diferentes regiões da cidade que dependem diariamente do transporte coletivo para trabalhar, estudar e acessar serviços essenciais.

A promotora destacou ainda que o debate sobre o transporte público da capital também está sendo travado no âmbito judicial. Tramita na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís uma ação civil pública que discute medidas estruturais para o sistema, como a ampliação do subsídio, a incorporação de novos ônibus à frota e melhorias na qualidade do serviço prestado à população.

Para Lítia Cavalcanti, a falta de diálogo por parte da gestão municipal contribuiu para o agravamento da crise e para a repetição de paralisações que prejudicam diretamente os usuários. “Isso poderia ser resolvido com diálogo. Eu chamei para conversar porque ainda há saída. Vai chegar um momento em que não haverá mais solução”, concluiu.

## BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



### Palanque de Orleans ignora Felipe Camarão e enaltece figura de Lula

O ato de pré-lançamento da candidatura do secretário de Assuntos Municipalistas Orleans Brandão ao governo do Maranhão teve como simbolismo a figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, principal liderança do PT, embora o vice-governador do partido, Felipe Camarão esteja a caminho de uma aproximação com o prefeito de São Luís, Eduardo Braide, do PSD e principal liderança de oposição ao Palácio dos Leões. Camarão seria candidato a senador na chapa de Braide que, no entanto, não diz que vai concorrer ao governo. Ele aparece num vídeo musicado, sem origem comprovada, falando que “a esperança do povo é ver chegar a mudança”.

Pelas contas da Polícia Militar, o ato preconvenção de sábado no Multicenter Sebrae, em São Luís, reuniu 40 mil pessoas, deslocadas dos bairros de São Luís e de 182 municípios, cujos prefeitos se fizeram presentes. Mas o que estava no centro das imagens impressas e digitais do encontro era o presidente Lula entre Carlos Brandão e o sobrinho Orleans. Na última vez em que Brandão falou com Lula sobre a eleição do Maranhão disse que não apoiaria Felipe Camarão e não concorreria ao Senado, para tentar fazer de Orleans seu sucessor. Com o presidente do PT, Edinho Silva, Brandão foi mais explícito: vai apoiar Orleans, que saiu de 3% nas pesquisas e já está com 32%, empatado com Braide.

Ao mesmo tempo em que Carlos Brandão era destacado nos discursos por ter adotado a política municipalista entregue ao secretário Orleans, não ficou de fora a afirmação de que seu governo tirou um milhão de pessoas da pobreza extrema no Maranhão. Como não poderia ser de outra forma, o governo anterior ao de Brandão e o posterior ao de Roseana Sarney, com Flávio Dino à frente, virou assunto do passado. Nenhuma referência, nem de longe, como foi lembrado o ex-presidente José Sarney e sua filha Roseana. Orleans parecia não acreditar no tamanho da multidão e do barulho da festa, com bumba-meu-boi, baterias de todos os ritmos, com gente chegada dos diferentes cantos do interior maranhense.

O presidente Lula foi o nome de maior destaque nos discursos dos políticos não petistas: Carlos Brandão, Orleans Brandão, senador Weverton Rocha (PDT), Roberto Costa (MDB e presidente da Famem). Todos fizeram questão de colocá-lo no centro da campanha de Orleans. Como não há uma posição do partido lulista sobre coligação de 2026, o MDB não precisaria de autorização para colocar o presidente da República no eixo da disputa no Maranhão, estado em que sempre obteve as maiores votações no Brasil desde 2002, com 61% contra 38% do tucano José Serra.

Na pré-convenção de Orleans, as lideranças do PT que controlam quatro secretarias estavam no palanque: Washington Oliveira (representação de Brasília) Henrique de Sousa; Cricielle Muniz (Iemas) e Bira do Pindaré, além dos ex-deputado Zé Carlos e José Inácio. Logicamente que, diante da ruptura de Brandão com Felipe Camarão, este não compareceu, assim como o deputado federal Rubens Pereira Jr, hoje aliado do vice-governador nas conversações com o prefeito Eduardo Braide. O ex-deputado federal Gastão Vieira (PT), também não marcou presença. Ele não tem ligação com o governo estadual, mas participa do Conselho Nacional de Educação, ligado ao Ministério da Educação.

Enquanto o PT maranhense faz malabarismo entre Orleans Brandão e Eduardo Braide, o prefeito ganha tempo para decidir nos últimos minutos do segundo tempo. Neste fim de semana circulou nas redes sociais um vídeo musicado, colocando Braide como a mudança no Maranhão, mas não está nos ambientes digitais do prefeito na Internet. Tem aparência de ser produto de Inteligência Artificial, de alguém interessado em pressioná-lo. Por coincidência, a peça tem imagens parecidas com um vídeo de 2014, lançado na pré-campanha de Flávio Dino, cujos seguidores atuais estão em marcha batida rumo ao palanque de Braide – se é que ele vai mesmo concorrer ao Palácio dos Leões e deixar a cadeira no Palácio La Ravardière para a vice Ismênia Miranda.

## JUSTIÇA

## Juízes condenados sem aposentadoria forçada

Flávio Dino decidiu em liminar acabar com a aposentadoria compulsória como punição a magistrados, defendendo a perda do cargo em casos graves

FELIPE PONTES

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu em liminar assinada nesta segunda-feira (16) acabar com a aposentadoria compulsória como punição a magistrados condenados administrativamente por irregularidades no exercício do cargo.

“Não existe mais aposentadoria compulsória como ‘punição’ a magistrados, em face da Emenda Constitucional 103 (Reforma da Previdência). Infrações graves de magistrados devem ser punidas com a perda do cargo”, propôs o ministro como tese de julgamento.

A decisão é monocrática e deverá ainda ser analisada pelo próprio Supremo, que decidirá se a mantém ou não. Ainda não há data nem prazo para que isso ocorra.

Dino tomou a decisão em uma ação aberta por um magistrado que

foi punido com a aposentadoria compulsória pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). Entre as irregularidades estavam a liberação de bens bloqueados sem parecer do Ministério Público e demora deliberada em processos para beneficiar policiais militares milicianos.

A aposentadoria compulsória do magistrado havia sido confirmada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Dino determinou que o órgão julga novamente o processo e, caso decida pela punição máxima, oficie o TJRJ para que desligue o juiz de seus quadros.

Dino justificou sua decisão aplicando as regras da Reforma da Previdência de 2019, que extinguiu qualquer outro critério de aposentadoria de servidores que não levasse em consideração apenas a idade ou o tempo de contribuição.

Com isso, o ministro concluiu que a previsão de aposentadoria de juízes como forma de punição se tornou inconstitucional, tendo que ser substi-

tuída pela perda de cargo.

O ministro determinou o envio de ofício ao presidente do CNJ, ministro Edson Fachin, “para – caso considerar cabível – rever o sistema de responsabilidade disciplinar no âmbito do Poder Judiciário”.



## JUSTIÇA

## STF: integridade na vida pública e privada de juízes



PRESIDENTE DO STF TAMBÉM DEFENDEU PRUDÊNCIA EM MANIFESTAÇÕES

ANDRÉ RICHTER  
AGÊNCIA BRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, disse nesta segunda-feira (16) que juízes devem manter integridade na vida pública e privada.

Fachin participou, nesta manhã, de uma aula magna no curso de direito do Centro Universitário de Brasília (Ceub), instituição particular de capital federal.

Ao comentar sobre os desafios contemporâneos da Corte, o ministro disse que os magistrados devem seguir princípios que já fazem parte das normas disciplinares dos juízes. Fachin também afirmou que “ninguém tem uma Constituição para chamar de sua”.

“Há, nada obstante, diretrizes que

podem ser recolhidas da experiência e de cartas de princípios nacionais e internacionais. Integridade na vida pública e privada, uma vez que [o magistrado] deve adotar comportamento irrepreensível na vida pública e privada”, disse o ministro.

O presidente também afirmou que os juízes devem ser prudentes ao se manifestarem sobre processos que são submetidos a julgamento e devem recusar o recebimento de vantagens.

“Por isso que é vedado receber benefícios, presentes ou vantagens de pessoas interessadas em processos”, comentou.

## Separação dos poderes

Fachin também voltou a defender a separação entre os Três Poderes. O ministro disse que a Corte acumulou “razoável expansão de sua atuação”

por determinação da Constituição e ao ser impulsionada pelos debates de outros atores.

“A autocontenção não é fraqueza. É respeito à separação de poderes que, em última análise, é ela própria uma exigência constitucional”, completou.

## Código de Ética

Fachin defende adoção de um Código de Ética para os ministros do Supremo. No mês passado, a ministra Cármen Lúcia foi designada para relatar a proposta de criação da norma.

O anúncio sobre a criação de um código de ética ocorreu em meio à investigação sobre o Banco Master e às citações aos nomes dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.



## El Paraguay

Circula nas mesas dos maiores investidores do Brasil um report com o atual cenário logístico e econômico do Paraguai. Com baixíssima carga tributária e energia excedente, o país vizinho hoje conta com mais de 200 empresas brasileiras, que instalaram por lá filiais ou novas sedes. Mas há um “teto” pelo seu tamanho físico, apontam analistas. Mesmo assim, o Governo hermano mantém uma política agressiva de atração de investidores brasileiros. Concedendo até título de cidadão paraguaio a quem investe lá.

## Mulheres alterosas

A Polícia Civil e o MP vão investigar mais e debater a ala feminina da Polícia Civil das alterosas. Em Belo Horizonte, no intervalo de sete meses, duas delegadas se complicaram com a corporação por causa de seus cônjuges alopados, com o respaldo do crime das parceiras. Um deles matou um gari com a pistola da amada. Até semana passada, outro, um advogado, dirigia viatura de luxo da Civil para assuntos privados.

## Prós e contras

Os prós e contras para o deputado estadual Douglas Ruas (PL), candidato a governador tampão do Rio de Janeiro para abril a dezembro, na eleição indireta na ALERJ com 70 votos em jogo: Ele tem apoio do Governo e da máquina, mas os prefeitos e deputados não precisam da “máquina” para seus compromissos, passada a eleição de outubro. E vai ser cada um por si. A conferir.

## Seu voo

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) envia por e-mail pesquisa com a pergunta: “O que você pensa sobre o transporte aéreo brasileiro?”. Segundo a Agência, “Queremos saber o que você pensa sobre o trabalho da Agência, a qualidade dos serviços prestados por aéreas e aeroportos, a segurança dos voos e direitos e deveres de quem viaja de avião”. É a sua chance de desabafar. Entre no site e peça o questionário.

## Pé (sujo) na areia

Tem mais de mês que a Coluna espera resposta do Ministério Público Federal pela Lei de Acesso à Informação sobre as casas da Costa do Descobrimento, entre Arraial D’ Ajuda e Caraíva (incluindo Trancoso), que são alvos de ação de demolição e ou TAC. São mansões de multimilionários que valem dezenas de milhões de reais. A ação segue sob sigilo de Justiça no TRF da 1ª Região.

## Os 50 do PO

Foi concorrida a festa dos 50 anos do Grupo Paulo Octávio, no sábado em Brasília, que reuniu gente dos três Poderes e empresários. De ministros do STJ, passando pelo vice Geraldo Alckmin a Gilberto Kassab, presidente do PSD, a quem PO chamou de “maior líder partidário do Brasil”. Maior construtor do Centro-Oeste, PO brindou os convidados com show da Sinfônica de Brasília e um livro com histórico de obras. E cravou que só vai parar após completar mil obras – hoje o portfólio tem mais de 800.

## ESPLANADEIRA

#IBV Auto, índice Banco BV que mede variação dos automóveis leves usados, avançou 0,55% em fevereiro. #ONG Motriz realiza Seminário Internacional de Anos Finais Integrais – Redes que Transformam, hoje, em SP. #Capital Concreto estreia nas pistas e aproxima investidores do automobilismo. #Ronaldo Loyola lançou livro “Inteligência Cênica” na Livraria da Vila Morumbi (SP). #Knoll, coletivo MillerKnoll, apresenta nova Cadeira Perron Pillo Lounge. #PPGA da Afya Unigranrio e OAB Duque de Caxias (RJ) realizaram evento sobre direitos das mulheres. #Cônsul-geral da França, Eric Tallon, participa do Hub de Incentivos da CCIFB-RJ no Rio.

MONITORAMENTO

# Chuvas colocam cidades do Maranhão em alerta

Com previsão de chuvas constantes para o mês de março, órgãos de proteção e segurança intensificaram o monitoramento de rios, áreas de risco

JOYCE MENEZES  
Especial para O Imparcial

O período chuvoso já provoca atenção redobrada das autoridades no Maranhão. Com previsão de chuvas constantes para o mês de março, órgãos de proteção e segurança intensificaram o monitoramento de rios, áreas de risco e municípios do interior que podem enfrentar enchentes e outros transtornos provocados pelo excesso de precipitação.

De acordo com o meteorologista Gunter de Azevedo Reschke, chefe do Laboratório de Meteorologia da Universidade Estadual do Maranhão (LABMET/UEMA), o mês de março tem registrado volumes significativos de chuva em todo o estado. Segundo ele, o cenário está relacionado à atuação de sistemas atmosféricos típicos da região. “Março está bastante chuvoso em todo o estado do Maranhão. O setor norte, que foi o último a iniciar o período chuvoso neste ano, já regis-

tra cerca de 55% do volume esperado para todo o mês”, explicou o meteorologista. Ainda segundo Reschke, a tendência é de continuidade das precipitações nos próximos dias. “As chuvas estão dentro da média climatológica esperada e são provocadas principalmente pela atuação da Zona de Convergência Intertropical, que é o principal sistema responsável pelas chuvas no norte do estado. Até o fim de março, as chuvas devem continuar intensas e frequentes”, afirmou.

## Municípios em situação de emergência

O aumento do volume de chuvas já impacta cidades do interior maranhense. Atualmente, três municípios — Grajaú, Lagoa do Mato e Poção de Pedras — estão em situação de emergência em razão dos efeitos provocados pelas precipitações. Além disso, a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil monitora pelo menos dez municípios considerados mais vulneráveis ao aumento do nível dos

rios. Entre eles estão Pedreiras, Trizidela do Vale, Bacabal, Buriticupu, Imperatriz, Colinas, Santa Inês e São Luís Gonzaga do Maranhão.

Segundo o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), coronel Célio Roberto Araújo, o cenário exige integração entre os órgãos de proteção para garantir resposta rápida em casos de emergência. Para reforçar as estratégias de prevenção e resposta, o comandante participou em Brasília de reuniões com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, onde foram discutidas ações para enfrentar o período de chuvas intensas e fortalecer o apoio às cidades afetadas.



## Bombeiros monitoram áreas de risco em São Luís



APENAS NOS DEZ PRIMEIROS DIAS DE MARÇO, O ACUMULADO DE CHUVA NA ILHA DE SÃO LUÍS CHEGOU A 187,8 MILÍMETROS

Na capital maranhense, a preocupação se concentra nas áreas vulneráveis a alagamentos, deslizamentos de terra e enxurradas. Levantamento da Defesa Civil aponta que 88 áreas são consideradas de risco em São Luís.

De acordo com o tenente-coronel Marcos Bittencourt, chefe da Comunicação do CBMMA, o monitoramento dessas regiões é permanente durante o período chuvoso.

Entre os sinais que podem indicar risco de deslizamento estão rachaduras em paredes e muros, estalos em estruturas e movimentação do solo, especialmente em áreas de encosta.

Além do risco de alagamentos, especialistas alertam que as tempestades intensas também podem vir acompanhadas de descargas elétricas, fenômeno que tem sido observado com frequência na Ilha de São Luís neste início de março. O monitoramento meteorológico indica que essas descargas estão associadas à formação de nuvens convectivas intensas, típicas do período chuvoso na região costeira do Maranhão.

## Ações de prevenção e alerta

Para reduzir riscos e orientar a população, a Defesa Civil Estadual já emitiu três alertas sobre chuvas intensas por meio de mensagens enviadas por SMS e WhatsApp para celulares cadastrados no número 4199.

O Instituto Nacional de Meteorologia também emitiu alerta de perigo para o estado, com previsão de chuvas entre 30 e 60 milímetros por hora ou até 100 milímetros por dia, além de ventos que podem alcançar velocidades de até 100 km/h.

Essas condições aumentam o risco de alagamentos, quedas de árvores, descargas elétricas e interrupções no fornecimento de energia.

Levantamentos do Laboratório de Meteorologia da UEMA mostram ainda que, apenas nos dez primeiros dias de março, o acumulado de chuva na Ilha de São Luís chegou a 187,8 milímetros, o que representa cerca de 41,5% da média climatológica mensal, estimada em 452,8 milímetros para o período.

## Recomendações à população

As autoridades orientam que mo-

radores evitem áreas alagadas e fiquem atentos a sinais de risco em encostas e estruturas de residências. Em caso de rajadas de vento, a recomendação é não se abrigar sob árvores e evitar estacionar veículos próximos a torres de transmissão ou placas de publicidade.

Também é aconselhado desligar aparelhos elétricos e, se possível, o quadro geral de energia durante tempestades mais fortes. Especialistas também recomendam evitar áreas abertas, praias, rios e piscinas durante tempestades, além de procurar abrigo em construções fechadas ou veículos quando houver incidência de raios.

Em situações de emergência, a população pode acionar o Corpo de Bombeiros pelo telefone 193 ou a Defesa Civil pelo número 199.

Com a previsão de continuidade das chuvas ao longo de março, o monitoramento das áreas vulneráveis e dos níveis dos rios deve permanecer intenso em todo o Maranhão, enquanto os órgãos de segurança e defesa civil mantêm equipes de prontidão para atendimento à população.

## CRISE NO TRANSPORTE PÚBLICO

# Greve de ônibus é suspensa e transporte público começa a ser retomado nesta terça

A greve de ônibus em São Luís foi suspensa e o sistema de transporte público deve voltar a operar gradualmente na capital maranhense a partir desta terça-feira (17). O acordo foi anunciado após uma reunião entre representantes do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de São Luís (SET) e do Sindicato dos Rodoviários do Maranhão.

De acordo com o diretor do SET, Paulo Pires, a circulação dos ônibus deve começar ainda nas primeiras horas da manhã, inicialmente com cerca de 70% da frota em operação, com expectativa de normalização ao longo do dia.

Segundo ele, as empresas assumiram o compromisso de regularizar parte dos salários que estavam em atraso. “Vai ser feito o pagamento a partir de amanhã. O sistema volta a rodar, mas essa discussão será retomada daqui a 15 dias, no pagamento do próximo salário”, afirmou.

Durante o encontro, representantes das empresas também cobraram da Prefeitura de São Luís a devolução de valores que, segundo o setor empresarial, teriam sido descontados de maneira irregular.

Conforme o SET, aproximadamente R\$ 4,5 milhões referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2025 teriam sido retidos pelo município por meio de glosas — descontos que, segundo as empresas, não estão previstos no contrato.

“Esse dinheiro ficou retido pelo município e as empresas têm dificuldade de operar, ainda mais com a nova crise dos combustíveis”, declarou Paulo Pires.

O presidente do Sindicato dos Rodoviários do Maranhão, Marcelo Brito, explicou que o movimento não foi encerrado, mas apenas suspenso.

Segundo ele, as empresas prometeram pagar a diferença salarial estabelecida pela Justiça, referente ao reajuste de 5,5% determinado em decisão do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA).

“Se não resolver tudo que foi decidido no tribunal até o dia 31, nós vamos voltar a fazer o nosso movimento”, afirmou.

Além do reajuste, o sindicato também cobra a implementação de benefícios aprovados judicialmente, como plano odontológico, seguro de vida e exame toxicológico.

## Possibilidade de nova paralisação

Marcelo Brito informou ainda que os trabalhadores devem retornar às garagens para retomar as atividades, mas ressaltou que a categoria aguarda o cumprimento integral do acordo firmado.

“Estamos mostrando para a população que queremos a cidade funcionando, mas também precisamos que os nossos direitos sejam respeitados”, disse.

Caso as medidas não sejam adotadas até o final do mês, o sindicato afirma que uma nova paralisação não está descartada.

Nota do sindicato

Em nota, o Sindicato dos Rodoviários do Maranhão confirmou que a greve foi suspensa após uma reunião realizada na Promotoria do Consumidor, conduzida pela promotora Lítia Cavalcante, e que durou mais de três horas.

Segundo a entidade, os empresários apresentaram uma proposta considerada “minimamente aceitável”, comprometendo-se a garantir o pagamento da diferença salarial referente ao reajuste de 5,5% determinado pelo Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão.

Ainda de acordo com o sindicato, as empresas prometeram realizar os pagamentos até a manhã desta terça-feira (17), o que possibilita o retorno das atividades dos trabalhadores do transporte urbano nas primeiras horas do dia.

Também ficou definido que os empresários terão até o dia 31 de março para apresentar uma solução definitiva para o pagamento do reajuste salarial e do ticket alimentação da categoria. Caso o acordo não seja cumprido, o movimento grevista poderá ser retomado após essa data.

Na nota, o sindicato destacou a atuação da promotora Lítia Cavalcante, afirmando que ela conduziu as discussões com foco em encontrar uma solução para os



São Luís, terça-feira, 17 de março de 2026

A NOVELA CONTINUA

# CBF, FMF e Justiça não chegam a acordo

Juiz Douglas Martins propôs 75 dias para realização das eleições, mas o representante da Confederação de Futebol quer apenas 15 dias para a entidade assumir a gestão

NERES PINTO

Apesar do longo período da audiência de conciliação realizada nesta segunda-feira (16), na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, para definir como ficará administração da Federação Maranhense de Futebol (FMF), não houve acordo entre as partes interessadas e o assunto deverá voltar a ser discutido no dia 26 de maio, conforme determinou o juiz Douglas Martins. O ponto principal da divergência é o período de continuidade da gestão da interventora Lucena, que está no cargo desde agosto de 2026, nomeada por decisão judicial.

Na audiência desta segunda-feira, o juiz Douglas Martins apresentou uma proposta para que as eleições fossem realizadas em até 75 dias, período em que seriam publicadas datas dos prazos específicos, publicação digital, instituição de comissão eleitoral



FEDERAÇÃO MARANHENSE DE FUTEBOL CONTINUA SOIB INTERVENÇÃO DA JUSTIÇA

e o regimento interno das eleições, inscrições de chapa. A proposta não foi aceita pelo representante da CBF, que chegou a sugerir 15 dias para o fim da intervenção e depois voltar para a Confederação a responsabilidade, inclusive, da data do pleito. Também isso não foi aceito. O resultado da audiência de hoje vai ser enviado ao Supremo Tribunal Federal.

Da audiência participaram as promotoras de justiça Aleneide Rabelo, da Promotoria do Consumidor, a interventora Susan Lucena, deputado Yglesio, além de representantes da CBF, Sindicato dos Atletas e dos Clubes de Futebol (Maranhão, Sampaio Corrêa, Pinheiro e São José de Ribamar).

## MUDANÇAS

# Copa FMF pode voltar no próximo ano



O TUNTUM FOI O ÚLTIMO CAMPEÃO DA COPA FEDERAÇÃO MARANHENSE DE FUTEBOL (FMF) NA TEMPORADA 2022

Defenestrada por iniciativa dos dois clubes de maiores torcidas do estado, a Copa FMF, que encerrava o calendário esportivo do futebol maranhense até 2022, poderá ser reeditada no próximo ano. Tudo vai depender dos dirigentes aceitarem as mudanças anunciadas pela CBF, que buscam facilitar o acesso à Copa do Brasil, por meio das copas estaduais, uma forma de manter o futebol em atividade nos fins de ano em estados onde apenas três equipes representam seus estados. A decisão já foi comunicada às federações.

O argumento apresentado por Sampaio, Moto e outras agremiações foi de que a competição era bastante deficitária. Resta saber se a CBF vai propor algum tipo de ajuda aos clubes que participarem destes torneios.

Com a mudança, equipes que não conquistaram vaga por meio dos campeonatos estaduais ainda poderão buscar uma classificação para a Copa do Brasil, no segundo semestre, através de seleções organizadas pelas federações.

A alteração mais significativa impacta diretamente as federações que

possuem até três vagas, (como o Maranhão), garantidas na Copa do Brasil. Antes da mudança, esses estados eram obrigados a definir seus representantes exclusivamente por meio dos campeonatos estaduais. Aqui, uma vaga para a Copa do Brasil foi escolhida de 2018 a 2022, por meio da Copa FMF, tendo como alternativa a opção da Série D do Brasileiro. Isso dava uma opção para equipes que ficavam após o terceiro lugar e até ao campeão da Série B, a chance de brigar por uma vaga na competição nacional mais rentável do país.

## Regulamento

Se os dirigentes acatarem a orientação da CBF, o campeonato estadual de 2027 terá uma mudança no seu artigo 4º, que trata das vantagens e prêmios aos primeiros colocados, constante do regulamento deste ano.

§1º – Vagas em competições nacionais 2027: de acordo com a disponibilização pelas entidades organizadoras. Copa do Brasil: Campeão e Vice-campeão; Campeonato Brasileiro Série D: Campeão, Vice-campeão e 3º colocado a Copa do Nordeste. Caso

seja disponibilizada terceira vaga para a Copa do Brasil, esta será destinada aos demais participantes, conforme os critérios dos melhores colocados, seguindo a classificação geral.

## Pode mudar

Segundo o diretor de Competições da Federação Maranhense de Futebol, Itamar Ferreira, nada impede de haver qualquer mudança, notadamente neste caso. “Um regulamento tem dois anos seguidos em vigor, mas pode ser modificado, desde que haja justa necessidade e solicitada a mudança ao Conselho Nacional de Desportos”, esclareceu.

Em estados com federações mais bem posicionadas no ranking, essa prática já era comum. Competições como a Copa Rio e a Copa Paulista, por exemplo, já garantiram vagas para a Copa do Brasil, o mesmo ocorrendo nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Ceará. A Federação Paraibana de Futebol já confirmou que o campeão da Copa Paraíba garantirá vaga na Copa do Brasil de 2027.

## AMISTOSOS

# Anceotti convoca seleção sem Neymar

A convocação da Seleção Brasileira de Futebol para os próximos amistosos internacionais foi anunciada nesta segunda-feira (16/3). O técnico Carlo Ancelotti divulgou a lista de jogadores que enfrentarão as seleções da França e da Croácia, em partidas preparatórias que serão disputadas nos Estados Unidos, nos dias 26 e 31 de março.

Os amistosos fazem parte da preparação final do Brasil antes da definição da convocação oficial para a Copa do Mundo. A lista desta segunda é a última antes da convocação para a Copa do Mundo e a expectativa é que seja a mais próxima possível da relação definitiva, que será anunciada dia 18 de maio, com 26 nomes.

A convocação também teve desfalques importantes por causa de lesões. Estão fora da Data Fifa jogadores como Éder Militão, zagueiro do Real Madrid; Vanderson de Oliveira Campos, lateral-direito do Monaco; o também lateral do Monaco Caio Henrique; o meio-campista do New Castle Bruno Guimarães e Rodrygo, atacante do Real Madrid (fora da Copa).

## EDITAL DE LEILÃO DE CONSOLIDAÇÃO DE PROPRIEDADE Nº 2026/970009 ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA ARTS. 26-A, 27 E 27-A DA LEI 9.514/97

CARLA SOBREIRA UMINO, leiloeira pública oficial devidamente matriculada na JUCESP sob nº 826, autorizada pelo credor fiduciário BANCO DO BRASIL S.A., por intermédio da CESUP PATRIMÔNIO - PR, CNPJ: 00.000.000/0001-91, faz saber, aos que o presente edital vierem ou dele tomarem conhecimento e interessar possa, que nos termos dos artigos 26-A, 27 e 27-A da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do sistema de financiamento imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel com assistência do decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de leiloeiro no território da república, com as alterações introduzidas pelo decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, lei nº 13.138, de 26 de junho de 2015, que altera o artigo 19 do regulamento a que se refere o decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, para incluir como competidores dos leilões a venda em hasta pública ou público pregão por meio da rede mundial de computadores, bem como, instituição normativa DPE nº 52/2022 da JUCESP, levada a público leilão para alienação de imóvel(s) necessários em garantia, nos contratos inadimplentes de alienação fiduciária, na modalidade ELETRÔNICA, captando lances "on-line", através do portal [www.lancemolito.com.br](http://www.lancemolito.com.br), em PRIMEIRO LEILÃO PÚBLICO no dia 08 de abril de 2026 a partir das 10h00min, ocasião em que, se, o maior lance oferecido for inferior ao valor estipulado do imóvel será realizado o SEGUNDO LEILÃO PÚBLICO, no dia 15 de abril de 2026, a partir das 10h00min, oportunidade em que será aceito o maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior ao valor estipulado para arrematação em Zélio. 01. DA HABILITAÇÃO. Os interessados em participar do leilão deverão se cadastrar no portal da LANCE NO LEILÃO, com antecedência mínima de 48 horas da realização do leilão, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado, para tanto, deverão aceitar os TERMOS DE USO e apresentar os documentos solicitados na hora do cadastro. Após, aprovação e liberação do cadastro, se faz necessário habilitar-se, acessando o banner deste leilão, clicando na opção habilitação, depois aceitar as regras de participação constante no EDITAL DE LEILÃO em conjunto com o TERMO DE USO, que implica na aceitação da integralidade das condições estipuladas neste Edital. 02. DOS LANCES. Os imóveis serão anunciados por lotes e seguindo uma ordem cronológica, vendidos um a um, encorajados de modo escalonado até o último lote, havendo lances nos 3 minutos antecedentes ao horário de encerramento do lote, será prorrogado o seu fechamento por igual período de tempo, visando manifestação de outros eventuais licitantes, nos termos da aplicação subsidiária do artigo 21 da resolução nº 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em caráter ad hoc e nas condições e no estado de conservação em que se encontram, sendo exclusiva atribuição dos interessados a verificação destes, não cabendo ao BANCO DO BRASIL S.A. e a LEILOEIRA, quaisquer responsabilidades de qualquer natureza sobre o estado do imóvel se encontrar ocupado, será vendido no estado em que se encontra não podendo o arrematante alegar desconhecimento desta condição. A desocupação do imóvel deverá ser providenciada pelo ARREMATANTE, que assume o risco da ação, bem como todas as custas e despesas, inclusive honorários advocatícios, mediante proposição da competente reintegração na posse, na forma do artigo 30, da lei nº 9.514/97. Existindo valores não quitados de IPTU, ITR e condomínio, o BANCO DO BRASIL S.A. ficará responsável pela quitação dos valores a vencer até a data da realização do segundo leilão. É de responsabilidade de o ARREMATANTE efetuar o levantamento de eventuais débitos incidentes sobre o imóvel, mediante apresentação de documentação comprobatória para o endereço de e-mail [atendimento@lancemolito.com.br](mailto:atendimento@lancemolito.com.br). Não serão aceitos pedidos de ressarcimento referentes a eventuais pagamentos de impostos pelo ARREMATANTE ou por terceiros, exceto se autorizados formalmente pelo BANCO DO BRASIL S.A. No caso de débitos que estejam sendo cobrados na via judicial, o BANCO DO BRASIL S.A. avaliará a necessidade de se manifestar em juízo para se resguardar de cobranças indevidas, responsabilizando-se pelo pagamento da dívida em execução em caso de condenação. Nos termos do § 1º do artigo 27 da Lei nº 9.514/97, os direitos reais de garantia ou consírcios, tais como penhoras, arrendamentos e ônus reais de qualquer natureza sobre o imóvel, não impedem a aquisição do fiduciante, não impedem a consolidação da propriedade em nome do credor fiduciário nem a venda do imóvel para realização da garantia. A adoção de providências e respectivos custos para cancelamento de eventuais ônus sobre o imóvel (abrangendo hipotecas, penhoras, arrendamentos, indisponibilidade, disponibilidade entre outros), inclusive ajuizamento de ação competente para tal finalidade, se necessário, e certificação previamente de todas as providências e respectivos custos para esse(s) cancelamento(s), bem como dos riscos relacionados a estes procedimentos serão de responsabilidade do arrematante. 04. DA EVIÇÃO DE DIREITO. Em se tratando de imóvel com pendência(s) judicial(is), neste momento já de conhecimento do BANCO e declarada(s) na descrição do lote ofertado, em que o ARREMATANTE declara estar plenamente ciente da existência da(s) pendência(s), ou ainda eventual reivindicação judicial futura que venha recair sobre o imóvel, o BANCO somente se responsabilizará por ocasião de decisão judicial definitiva, transitada em julgado. Sendo decidida a anulação do título de propriedade do imóvel, o BANCO responderá pela evicção assumindo a devolução dos valores efetivamente pagos pelo ARREMATANTE, limitados ao preço de compra e venda do bem, às custas e emolumentos cartorários referentes à outorga de escritura e ao registro da compra e venda, aos tributos não passíveis de restituição pelo ente arrematador, as despesas de honorários de advogados e honorários de comissão de leiloeiro. A devolução dos valores acima elencados sofrerá atualização pelo índice IPCA (IBGE), considerando-se desde o pagamento pelo ARREMATANTE até a restituição realizada pelo BANCO. A hipótese de evicção não ensejará qualquer outra restituição e/ou direito de indenização ao ARREMATANTE, tais como perdas e danos, rejeição de eventuais penalidades realizadas no imóvel após sua compra, bem como outras conforme dispostas no art. 450 do Código Civil. 05. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. A venda será realizada à vista. O ARREMATANTE deverá efetuar o pagamento por meio de depósito em conta corrente designada pelo Banco do Brasil S.A., após o envio dos dados bancários. O ARREMATANTE vendedor deverá receber do Banco do Brasil S.A., o valor correspondente a 100% do valor proposto, por meio de depósito na mesma conta corrente designada pelo Banco do Brasil S.A., em até 24 horas, contadas a partir da data do envio dos dados bancários. O ARREMATANTE se faz necessário o envio do comprovante para o endereço de e-mail [atendimento@lancemolito.com.br](mailto:atendimento@lancemolito.com.br) com a identificação do leilão e lote arrematado. Caso o arrematante não apresente no prazo previsto os comprovantes de quitação referentes à aquisição do imóvel e documentação exigida, será considerado desistente do negócio e a venda será cancelada/reconhecida a desistência, e o ARREMATANTE vendedor perde em favor do Banco do Brasil S.A., a título de multa, o valor equivalente a 20% (vinte por cento) e a comissão da leiloeira (5%). 07. DA DESISTÊNCIA. O ARREMATANTE vendedor poderá ser considerado desistente se não cumprir as regras previstas no edital de leilão ou deixar de efetuar os pagamentos nos prazos e formas definidas por este a critério do Banco do Brasil S.A. ou LEILOEIRA. Ressalvados os casos previstos em lei, aquele que se considerar desistente, fica automaticamente obrigado a pagar a importância correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do lance vencedor, sendo 15% (quinze por cento) a comissão da leiloeira e 5% (cinco por cento) a título de comissão da leiloeira, sem prejuízo das demais sanções civis e criminais cabíveis a espécie. O não pagamento demandará o arrematante pelo preço com os juros de mora, por ação executiva, instituída com certidão da leiloeira em que se declare não ter sido pago o preço da arrematação no prazo marcado no ato do leilão, nos termos do art. 39 do decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932. A eventualidade de ser frustrada, a arrematação de determinado lote, por ser considerado desistente o arrematante, será realizada uma consulta aos demais colocados, na ordem de classificação sobre o seu interesse em adquirir o imóvel, sendo considerado como lance vencedor o maior valor ofertado pelo próximo colocado, mantida a documentação e o Edital. 08. DA MULTA. Caracterizada a desistência do ARREMATANTE vendedor perde em favor do Banco do Brasil S.A., a título de multa, o valor equivalente a 15% do valor do lance vencedor e a comissão da leiloeira (5%). 09. DO CANCELAMENTO POR INVIABILIDADE. Até a lavratura da Escritura Pública, mediante comunicação formal ao ARREMATANTE, o COMITENTE poderá cancelar a venda nas hipóteses de: i. existência de erro material e/ou formal que afetem as informações e os valores divulgados, em desconformidade com parâmetros ou disposições legais e contratuais que originaram o bem alienado, tornando a venda inviável ou impossível no futuro; ii. impossibilidade documental superveniente e comprovada; iii. impedimento notarial e/ou registral relevante que inviabilize a transferência; iv. determinação judicial; v. demais hipóteses previstas em legislação qualquer dessas hipóteses, serão restituídos ao ARREMATANTE vendedor o valor em dinheiro recebido pelo BANCO DO BRASIL S.A. e o valor equivalente a 20% (vinte por cento) de preferência de compra do imóvel por preço correspondente ao valor da dívida, somado às despesas, aos prêmios de seguro, aos encargos legais, às contribuições condominiais, aos tributos, inclusive os valores correspondentes ao imposto sobre transmissão inter vivos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária e a rejeição do Termo de Aquisição Por Exercício do credor fiduciário, e as despesas inerentes aos procedimentos de cobrança e leilão, hipótese em que incumbirá também ao fiduciante o pagamento dos encargos tributários e das despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, inclusive das custas e dos emolumentos até a data da realização do segundo leilão, nos termos do § 2º do artigo 27 da Lei 9.514/97 (Redação dada pela Lei nº 14.711, de 2023). O direito de preferência do fiduciário não é pessoal e não é intransmissível, limitado à própria aquisição do titular, não sendo aceitos lances virtuais para o exercício deste direito. Os interessados deverão requerer o uso desta preferência através do e-mail [atendimento@lancemolito.com.br](mailto:atendimento@lancemolito.com.br), informando a identificação do lote, a identificação pessoal (RG, CPF ou CNH) e anexando a cópia dos respectivos documentos. Depois ser encaminhado ao fiduciante o Termo de Aquisição Por Exercício do Direito de Preferência e os dados bancários para pagamento do preço determinado pelo § 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, o comitente da leiloeira determinada pelo § 3º, inciso II do artigo 27 da Lei 9.514/97. O fiduciante deverá efetuar os respectivos pagamentos por meio de depósito em conta corrente designada pelo Banco do Brasil e leiloeira até a data da realização do segundo leilão, ressalta-se que o pagamento deverá ser efetuado apenas em conta vinculada ao nome do fiduciante para recebimento da aquisição e em nome da leiloeira para pagamento da comissão. O imóvel será mantido em leilão até a comprovação dos pagamentos supramencionados, sendo comunicado aos demais interessados a pretensão do fiduciante em adquirir o imóvel pelo direito de preferência. Na eventualidade de ser frustrada, a aquisição de determinado lote pelo direito de preferência, por não atendimento pelo fiduciante de requisito necessário, será concretizada a venda por meio do público leilão. Somente após a comprovação dos pagamentos supramencionados e a rejeição do Termo de Aquisição Por Exercício do Direito de Preferência devidamente assinado, o imóvel será retirado do leilão. 11. DA CONTRATAÇÃO. O contrato será formalizado por meio de Escritura Pública de Venda e Compra, correndo todos os impostos, taxas e despesas, inclusive as cartorárias, incluindo certidões atualizadas da matrícula do imóvel e outras necessárias para o registro, por conta do arrematante/fiduciante. Deve constar expressamente na Escritura Pública que caso exista pendência judicial ou qualquer restrição que possa comprometer a posse ou a propriedade do imóvel, o ARREMATANTE declara-se plenamente informado sobre essa possibilidade, ciente de que os processos judiciais são públicos e podem ser consultados diretamente nos tribunais competentes, inclusive por meio eletrônico, mediante pesquisa em nome e documento do BANCO e/ou de eventuais ocupantes. Na eventual ocorrência de evicção, com consequência de decisão judicial definitiva, o ARREMATANTE e o BANCO DO BRASIL S.A. não poderão responsabilizar-se mutuamente quanto à devolução dos valores efetivamente pagos e referentes ao preço de compra e venda do bem, às custas e emolumentos cartorários referentes à outorga de escritura e ao registro da compra e venda, aos tributos e às despesas condominiais do imóvel, bem como à comissão de leiloeiro, de forma taxativa, não cabendo a discussão de quaisquer outros valores indenizatórios ou indenizações para pagamento do preço determinado pelo § 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97. O mesmo prazo contado a partir da data do efetivo pagamento para lavratura da escritura pública e posterior registro junto ao Cartório de registro de Imóveis competente ao imóvel arrematado para transferência de propriedade, sob pena, de não cumprido este prazo, o ARREMATANTE/FIDUCIANTE será considerado desistente, conforme item 05 deste Edital. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação pelo ARREMATANTE/FIDUCIANTE durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Banco do Brasil S.A. O ARREMATANTE/FIDUCIANTE fica responsável pela apresentação junto ao Banco do Brasil S.A. da escritura pública registrada junto ao Ofício de Registro de Imóveis competente no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do instrumento de venda e compra. Os arrematantes/fiduciantes serão orientados através do sistema de atendimento ao cliente para efetuar o pagamento do preço determinado pelo § 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97. ASSIM DESCRITO: Casa residencial de nº 01, com área construída de 94,00m² e respectivo terreno com área total de 197,50m², melhor descrita e caracterizada na respectiva matrícula. Inscrição Imobiliária: 1.0031.252.03.0360.000.3. Localização: Av. Principal, Quadra 06, Lote 01, Casa 01, Santa Antônia dos Olivares, Trizidela do Vale/MA - CEP: 65727-000. Obs.1: Nos termos do § 7º do artigo 26 da Lei nº 9.514/97, encontra-se averbada, na matrícula do imóvel, a consolidação da propriedade em nome do fiduciário. Obs.2: O imóvel encontra-se ocupado por terceiros, e as providências para regularização e desocupação, bem como as despesas decorrentes, serão de inteira responsabilidade do adquirente. Lance mínimo para arrematação em 1º leilão: R\$ 135.645,02 (cento e trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e dois centavos). Lance mínimo para arrematação em 2º leilão: R\$ 152.165,22 (cento e cinquenta e dois mil e sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos). Os participantes do público leilão, é defeso alegar desconhecimento das cláusulas deste Edital, para se eximir das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal, do artigo 335, do Código Penal Brasileiro. Maiores informações no escritório da Leiloeira tel. (11) 3393-3150. Carla Sobreira Umino, Matriculada - JUCESP 826 - Leiloeira Oficial - [www.lancemolito.com.br](http://www.lancemolito.com.br).

## SELEÇÃO

# Inscrições abertas para crianças e jovens na Mostra Midas 2026

A iniciativa é voltada para crianças e jovens maranhenses entre 10 e 18 anos, que tenham interesse em apresentar suas produções artísticas ao público.

**E**stão abertas as inscrições para o edital de seleção da Mostra Infantojuvenil de Arte do Sesc – Midas 2026. A iniciativa é voltada para crianças e jovens maranhenses entre 10 e 18 anos, que tenham interesse em apresentar suas produções artísticas ao público. As inscrições podem ser realizadas até o dia 15 de abril.

Podem concorrer obras em diferentes linguagens das artes visuais: pintura, desenho, ilustração, escultura, gravura, colagem, fotografia, instalação, entre outras técnicas. A proposta da mostra é incentivar a produção artística de jovens criadores e oferecer um espaço de visibilidade para novos talentos do estado.

Para participar, os interessados devem enviar a documentação prevista no edital, que inclui formulário de inscrição, proposta da obra a ser exposta e um portfólio com informações sobre o artista e seus trabalhos. As inscrições podem ser realizadas presencialmente, na Sala Sesc de

Exposições, ou de forma virtual, por meio do e-mail indicado no edital.

Participantes residentes em São Luís e na Região Metropolitana deverão realizar a doação de 2 kg de alimentos não perecíveis para validar a inscrição. Para candidatos de outros municípios do Maranhão, a doação é opcional.

Ao todo, até 45 trabalhos serão selecionados para compor uma exposição coletiva aberta ao público. Além da mostra, o projeto também contará com visitas mediadas, debates, oficinas e vivências artísticas, ampliando o contato dos participantes com o universo das artes visuais.

Na edição de 2025, 30 obras de artistas de seis cidades maranhenses foram apresentadas ao público, evidenciando a diversidade e a potência da produção artística jovem no estado.

A Mostra Midas se consolida como uma importante oportunidade para quem está iniciando no campo das artes visuais, promovendo intercâmbio entre jovens artistas e incentivando o

desenvolvimento criativo. Mais informações sobre o processo de inscrição e documentação necessária podem ser consultadas no edital da mostra.



## CINEMA

## Oscar 2026: "Uma Batalha Após a Outra" domina premiação; "O Agente Secreto" sai de mãos vazias

A 98ª edição da cerimônia do Oscar anunciou a aguardada lista de vencedores na noite deste domingo (15), em um evento realizado Dolby Theatre em Los Angeles, Estados Unidos.

Apesar de estar contemplado em cinco categorias, o Brasil não saiu vencedor na premiação. O filme "O Agente Secreto" perdeu as categorias de Melhor Filme, Melhor Filme Internacional, Melhor Ator (Wagner Moura) e Melhor Elenco, enquanto Adolpho Veloso não levou a estatueta de Melhor Fotografia.



"Pecadores", que assumia uma liderança histórica de indicações até então com 16 indicações, levou quatro: Melhor Ator, Melhor Roteiro Original, Melhor Trilha Sonora e Melhor Fotografia.

Já o maior vencedor da noite foi "Uma Batalha Após a Outra", que levou Melhor Filme, Melhor Direção, Melhor Elenco, Melhor Ator Coadjuvante (Sean Penn), Melhor Roteiro Adaptado e Melhor Montagem.

Outro fator que diferenciou esta edição foi a popularidade dos favoritos. Pecadores se tornou o filme de maior bilheteria de 2025, arrecadando cerca de US\$ 370 milhões (aproximadamente R\$ 1,7 bilhão) mundialmente. Já Uma Batalha Após a Outra, mesmo com um desempenho menor, atingiu cerca de US\$ 210 milhões (cerca de R\$ 900 milhões), valor significativamente superior ao de vencedores recentes da categoria principal.

O streaming também teve presença relevante na cerimônia. Frankenstein, vencedor de três estatuetas, e Guerreiros do K-Pop, que levou dois prêmios, são produções da Netflix lançadas de forma limitada nos cinemas. Diferentemente de muitas produções de plataformas digitais, os dois filmes conquistaram grande audiência e mobilizaram torcidas entre os espectadores.

Outros títulos populares também apareceram entre os vencedores. Amy Madigan recebeu o Oscar de Melhor Atriz Coadjuvante por interpretar a perturbadora Tia Gladys em A Hora do Mal. O blockbuster automobilístico F1, estrelado por Brad Pitt, venceu na categoria de Melhor Som, enquanto Avatar: Fogo e Cinzas conquistou o prêmio de melhores efeitos visuais. O resultado geral consolidou uma tendência rara: produções reconhecidas artisticamente que também alcançaram grande sucesso comercial.



Um mês para viver experiências exclusivas

## OLHOU, LIGOU, GANHOU!

Os cinco primeiros assinantes que ligarem hoje, das 9h30 às 11h, para o telefone (98) 99144-5645 ganharão um par de vouchers do Valparaíso

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES/MA**  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 094/2026CP – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 001/2026/CP. – Processo Adm. 029.01/2026.01. Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO A CONSTRUÇÃO DO PORTAL DAS DUNAS, A SER IMPLANTADO NA ENTRADA DOS PEQUENOS LENÇÓIS, MUNICÍPIO DE PAULINO NEVES-MA. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças e o Gabinete do Prefeito do Município de Paulino Neves – MA. CONTRATADO: LIDER ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. CNPJ: Nº 09.348.952/0001-75. VIGÊNCIA: 360 (Trezentos e sessenta) dias contados da data de assinatura do instrumento contratual. VALOR GLOBAL: R\$ 1.178.000,00 (Um milhão Cento e setenta e oito Mil Reais). DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de março de 2026. ORDENADORES DE DESPESA: Joseldson Soares de Sousa – Secretário Municipal de Planejamento e Finanças e João Macedo da Silva – Chefe de Gabinete do Município de Paulino Neves-MA. Paulino Neves, 13 de março de 2026

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES – MA**  
EXTRATO DE ADESÃO À ATA SRP Nº005/2026 - O MUNICÍPIO DE PAULINO NEVES-MA comunica aos interessados que aderiu à Ata de Registro de Preços nº 001/2025, originária da Pregão Eletrônico nº 015/2025 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS - MA, cujo objeto contratado é a contratação de empresa especializada em implantação de projeto de educação científica, tecnológica e digital pautado na BNCC, com metodologias ativas focadas na prática, experimentação e criatividade, englobando a estruturação da sala interativa avançada de aprendizagem digital e tecnológica com mobiliário e ferramentas pedagógicas para aulas práticas do projeto, materiais didáticos e pedagógicos para aulas teóricas e práticas dos estudantes, formação teórica e prática dos docentes com acesso à plataforma de ensino de formação remota do projeto, software de programação visual, suporte técnico e assessoria técnica-pedagógica para mostra de ciência e tecnologia de culminância do projeto, em atendimento às necessidades de ensino da secretaria municipal de educação do município de Paulino Neves/MA. CONTRATADA: EDITORA CONTEUDO DIGITAL LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o 30.744.834/0001-72 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. SIGNATÁRIOS: Nilce Nely Oliveira Bezerra – Secretário Municipal de Educação, e João Macedo da Silva – Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Paulino Neves. Paulino Neves, 11 de março de 2026.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES – MA**  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 093/2026.04- ADESAO SRP 005/2026 - Município de Paulino Neves (MA) Ata de Registro de Preços nº 001/2025 BOM JESUS DAS SELVAS - MA originária da Pregão Eletrônico 015/2025, da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS - MA, OBJETO: Contratação de empresa especializada em implantação de projeto de educação científica, tecnológica e digital pautado na BNCC, com metodologias ativas focadas na prática, experimentação e criatividade, englobando a estruturação da sala interativa avançada de aprendizagem digital e tecnológica com mobiliário e ferramentas pedagógicas para aulas práticas do projeto, materiais didáticos e pedagógicos para aulas teóricas e práticas dos estudantes, formação teórica e prática dos docentes com acesso à plataforma de ensino de formação remota do projeto, software de programação visual, suporte técnico e assessoria técnica-pedagógica para mostra de ciência e tecnologia de culminância do projeto, em atendimento às necessidades de ensino da secretaria municipal de educação do município de Paulino Neves/MA. CONTRATADA: EDITORA CONTEUDO DIGITAL LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o 30.744.834/0001-72 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 804.575,00 (Oitocentos e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco reais); DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 11 de março de 2026. SIGNATÁRIOS: Nilce Nely Oliveira Bezerra – Secretária Municipal de Educação. João Macedo da Silva – Chefe de Gabinete. Paulino Neves, 11 de março de 2026.

**BARRA DO CORDA** ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2026  
Pregão Eletrônico 60/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.640/2025- Barra do Corda/MA. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 382/2025 - Pregão Eletrônico 60/2025. CONTRATADO: empresa J. BATISTA DE SANTANA, inscrito no CNPJ nº 18.651.183/0001-70. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, CNPJ N.º 06.769.798/0001-17 Importa o presente termo aditivo a alteração da Cláusula primeira, conforme previsto na cláusula décima quarta do contrato nº. 382/2025 alterando o valor do contrato inicial do Valor R\$ 20.805,00 (vinte mil, oitocentos e cinco reais) para acréscimo de correspondente a aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do contrato global, no valor de R\$ 5.201,25 (cinco mil, duzentos e um e vinte e cinco centavos). Barra do Corda (MA), 12 de março de 2026. ASS: **MARIA EDILMA FERREIRA MIRANDA**. CARG: Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão /Barra do Corda - MA.

**BARRA DO CORDA** ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2026  
Pregão Eletrônico 037/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.186/2025- Barra do Corda/MA. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 322/2025 - Pregão Eletrônico 037/2025. CONTRATADO: A empresa JR ELETRÔNICOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 49.686.236/0001-12. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde, CNPJ: 09.200.150/0001-13 e Fundo Municipal de Saúde CNPJ: 10.452.044/0001-06. Importa o presente termo aditivo a alteração da Cláusula primeira do contrato nº. 322/2025, conforme previsto na cláusula décima quarta, alterando o valor do contrato inicial do Valor R\$ 154.438,25 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos) para acréscimo de correspondente a aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do contrato global, no valor de R\$ 37.998,49 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta e nove centavos). Barra do Corda (MA), 16 de fevereiro de 2026. ASS: **OMAR TEODORO CURADO FLEURY**. CARG: Secretário Municipal de Saúde /Barra do Corda - MA.

**BARRA DO CORDA** ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2026  
Pregão Eletrônico 53/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.225/2025- Barra do Corda/MA. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 445/2025 - Pregão Eletrônico 53/2025. CONTRATADO: J.R. OLIVEIRA SANTOS JUNIOR EIRELI CNPJ n.º 05.121.589/0001-08. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Assistência social, CNPJ Nº 06.769.798/0001-17 e Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ Nº 20.021.441/0001-87. Importa o presente termo aditivo a alteração da Cláusula primeira do contrato nº. 445/2025, alterando o valor do contrato inicial do R\$ 6.274,95 (seis mil, duzentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) para acréscimo de correspondente a aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do contrato global, no valor de R\$ 1.254,99 (um mil reais, duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e nove centavos)., 23 de fevereiro de 2026. ASS: **ANTONIA MARIA PEREIRA DA COSTA**. CARG: Secretária Municipal de Assistência social /Barra do Corda - MA.

## TRÂNSITO

# Cinto de segurança e cadeira na mira da PRF

Cresce número de flagrantes por falta de cinto de segurança e de dispositivo de retenção de crianças. Ausência de cadeirinha aumentou cerca de 60% no início do ano

**L**evantamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF) aponta aumento no número de flagrantes relacionados à falta de uso do dispositivo de retenção para crianças (DRC) e do cinto de segurança nas rodovias federais, que cortam o Maranhão, em 2026. Os dados reforçam a necessidade de conscientização sobre o uso desses equipamentos, considerados essenciais para a proteção dos ocupantes do veículo e para a redução de mortes e lesões graves em sinistros de trânsito.

Entre 1º de janeiro e 14 de março de 2026, foram registradas 266 infrações por ausência de DRC, como a cadeirinha, nas rodovias federais do estado. No mesmo período de 2025, haviam sido contabilizados 166 casos, o que representa um aumento de aproximadamente 60%.

Já em relação ao uso do cinto de segurança, foram 1.103 flagrantes em 2026, contra 844 no mesmo intervalo de 2025, um crescimento de cerca de 31%, evidenciando também um cres-

cimento preocupante desse tipo de infração.

Mais do que números, os dados revelam comportamentos de risco que podem ter consequências graves. O cinto de segurança e os dispositivos de retenção infantil estão entre os equipamentos mais importantes para a proteção dos ocupantes do veículo e são reconhecidos mundialmente por sua eficácia na redução da gravidade das lesões em acidentes.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o uso do cinto de segurança pode reduzir em cerca de 45% a 50% o risco de morte em caso de colisão. Já os dispositivos de retenção infantil podem reduzir as mortes em até 70% entre bebês, e em cerca de 54% entre crianças de 1 a 4 anos.

## Tipos de dispositivo de retenção infantil:

**Para garantir a proteção adequada, o transporte de crianças deve seguir critérios relacionados à idade, peso e al-**

**tura:**

**Bebê-conforto: obrigatório para crianças de até 1 ano de idade ou até 13 kg;**

**Cadeirinha: destinada a crianças de 1 a 4 anos, ou entre 9 e 18 kg;**

**Assento de elevação: indicado para crianças de 4 a 7 anos e meio, ou até 1,45 m de altura e peso entre 15 e 36 kg;**

**Cinto de segurança do veículo: para crianças a partir de 7 anos e meio até 10 anos, ou acima de 1,45 m de altura.**

## Segurança que salva vidas

As ações de fiscalização nas rodovias federais têm caráter preventivo e educativo, buscando conscientizar motoristas sobre comportamentos seguros no trânsito. O aumento nos flagrantes reforça a importância de atitudes simples, como utilizar o cinto de segurança e garantir que crianças estejam devidamente protegidas.

## FUNDO DA AMAZÔNIA

# Restauração florestal é ampliada no Maranhão

O Maranhão terá dois projetos de restauração florestal em áreas estratégicas da Amazônia, que juntos vão recuperar 544 hectares de vegetação nativa no estado. As iniciativas foram inseridas no 4º ciclo do programa Restaura Amazônia, apoiado pelo Fundo Amazônia.

No estado, os projetos serão executados pela WCS – Associação Conservação da Vida Silvestre, com atuação na Reserva Biológica do Gurupi e na Terra Indígena Awá, e pelo Instituto Ibramar, na Reserva Extrativista do Ciriaco. As iniciativas incluem recuperação de áreas degradadas, plantio de espécies nativas e fortalecimento de cadeias produtivas ligadas à restauração florestal, com geração de oportunidades de renda para comunidades locais.

O anúncio do resultado foi realizado em Brasília, durante o Workshop Restauração em Escala – Integração Federativa para a Recuperação da Vegetação Nativa, que reuniu representantes do governo, setor produtivo e organizações da sociedade civil para debater estratégias de ampliação da restauração florestal no país. “O Brasil tem uma oportunidade histórica de liderar o mercado global de restauração florestal. Ao apoiar iniciativas como o Restaura Amazônia, o governo do Brasil, por meio do BNDES, contribui para transformar áreas degradadas em novas florestas produtivas, gerando renda, empregos e soluções climáticas baseadas na natureza”, afirmou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, desta-

cou a importância de mecanismos como o Fundo Amazônia para impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável na região. “Meio ambiente e desenvolvimento fazem parte da mesma equação. Quando temos políticas públicas bem desenhadas e com continuidade, conseguimos resultados como transformar o antigo arco do desmatamento no arco da restauração. Municípios que param de desmatar precisam de meios para restaurar e manter suas florestas em pé, gerando emprego e renda. Mas nada disso é possível sem combater o ilegal, porque tudo que queremos é que o desenvolvimento sustentável aconteça em todas as suas dimensões: econômica, social, ambiental, cultural, política, ética e estética. Um mundo mais preservado é também um mundo mais bonito”, afirmou.

**Projetos selecionados** – O quarto ciclo de editais teve como foco Unidades de Conservação prioritárias e contou com três chamadas públicas organizadas por parceiros gestores em diferentes macrorregiões da Amazônia Legal.

Foram selecionadas iniciativas apresentadas por organizações da sociedade civil, institutos de pesquisa e cooperativas, entre elas SOS Amazônia, Itaipu Parquetec, Coopfish, Coopxapuri, Associação Humana Povo para Povo Brasil, Instituto Perene, IPAM, Fundação Rio Verde, WCS, Instituto Socioambiental (ISA) e Instituto Ibramar.

Na avaliação do secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, a restauração florestal se tornou um

compromisso estratégico do país.

“O Brasil assumiu, no âmbito do Acordo de Paris e da sua primeira Contribuição Nacionalmente Determinada, o compromisso de restaurar 12 milhões de hectares até 2030. Essa agenda deixou de ser apenas uma política ambiental e passou a perpassar diversos programas de governo, e estamos avançando muito rapidamente”, disse.

Os projetos selecionados atuarão em áreas estratégicas da Amazônia Legal, incluindo a Reserva Extrativista Chico Mendes (AC), o Parque Nacional Campos Amazônicos e as Florestas Nacionais do Jamari e do Jacundá (RO), a APA Ilha do Bananal/Cantão (TO), a APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e a Estação Ecológica do Rio Roosevelt (MT), além da Reserva Biológica do Gurupi, da Reserva Extrativista do Ciriaco e da Terra Indígena Awá (MA), bem como da Reserva Extrativista do Rio Iriri (PA).

Esses territórios são considerados prioritários para a restauração da vegetação nativa e para o fortalecimento de cadeias produtivas da bioeconomia associadas à recuperação florestal na Amazônia.

A diretora socioambiental do BNDES, Tereza Campello, destacou que a iniciativa articula conservação ambiental e desenvolvimento econômico local. “A restauração da vegetação nativa também significa geração de renda, fortalecimento de cadeias produtivas e oportunidades para comunidades que vivem na floresta. O Restaura Amazônia apoia projetos que unem recuperação ambiental e inclusão produtiva”, afirmou.

## FIQUE SABENDO

# Mutirão de negociação de dívidas bancárias vai até o dia 31 de março

O consumidor tem até o dia 31 de março para renegociar dívidas com bancos e instituições financeiras com condições especiais, no Mutirão Nacional de Negociação de Dívidas e Orientação Financeira.

A renegociação de dívida costuma ocorrer por meio de alongamento de prazos, redução de taxas, alteração nas condições de pagamento ou, ainda, a migração para outras modalidades de crédito mais baratas. Cada instituição define as regras e condições a serem ofertadas ao consumidor, de acordo com suas políticas de crédito.

Podem ser negociadas dívidas no cartão de crédito, cheque especial, crédito consignado e demais modalidades de crédito em atraso com bancos ou financeiras.

Não são incluídas no Mutirão aquelas que tenham bens dados em garantia (como veículos, motocicletas e imóveis), como financiamentos de veículos, imóveis e outros com bens dados em garantia, assim como dívidas prescritas.

A negociação pode ser feita diretamente nos canais oficiais da instituição credora ou pelo portal Consumidor.Gov, que o consumidor acessa por meio de sua conta prata ou ouro.

Na página do portal Meu Bolso em Dia sobre o Mutirão, criada para orientar o consumidor sobre como participar da campanha, há um vídeo mostrando como negociar e como acessar o portal Gov.BR, encontrar a instituição credora e abrir o pedido de negociação.

Na mesma página, o consumidor também encontra conteúdo exclusivo sobre orientação financeira e acesso a outros canais, como o Registrato, sistema do Banco Central por meio do qual é possível acessar, entre outros, o Relatório de Empréstimos e Financiamentos (SCR), que contém a lista de dívidas em nome do consumidor perante as instituições financeiras.

O mutirão é voltado a pessoas físicas que tenham dívidas em atraso contraídas de bancos ou instituições financeiras e tenham condições de quitar o valor que será negociado. Para pessoas superendividadadas, que têm tratamento previsto na Lei 14.181, de 2021, a orientação é que procurem órgãos de proteção e defesa do consumidor.

É realizado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e bancos associados em parceria com o Banco Central, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), a Associação Brasileira de Procons – PRCONSBRA-SIL e o Colegiado Nacional dos Procons Estaduais. A iniciativa oferece a oportunidade de renegociar dívidas bancárias em condições especiais. O objetivo é apoiar a reorganização financeira dos brasileiros. Apenas em 2025, foram 2.6 bilhões de contratos negociados.

“O mutirão de negociação de dívidas auxilia o consumidor, contribui para a diminuição da inadimplência no país e fortalece a economia ao permitir que mais pessoas retomem ao mercado de consumo de forma sustentável. Essa iniciativa também estimula a cultura do diálogo e da transparência entre instituições financeiras e clientes, criando um ambiente mais saudável para negociações e prevenindo o superendividamento”, explica Amaury Oliva, diretor executivo de Cidadania Financeira da Febraban.

## Como negociar no Mutirão

Ao acessar a plataforma Registrato, do Banco Central, o consumidor pode consultar gratuitamente empréstimos e financiamentos existentes em seu nome e outras informações de seu relacionamento com as instituições financeiras, como conta corrente, investimentos e chaves Pix, por exemplo.

Depois, pode utilizar uma das Planilhas gratuitas disponíveis no portal Meu Bolso em Dia para descobrir o valor com que poderá contar para pagar suas dívidas. Elas já estão prontas, com as fórmulas de cálculos feitas. Basta inserir as entradas e saídas de dinheiro para ter um raio X das finanças.

Na ocasião da negociação com a instituição credora, o consumidor interessado deve informar a dívida que pretende quitar e perguntar quais são as condições oferecidas para a sua quitação. Se concordar com o que foi proposto, um acordo de negociação será assinado. Caso não concorde, pode fazer contrapostas para chegar a um acordo que caiba no seu bolso.

A lista das instituições participantes do Mutirão Nacional pode ser consultada na página Meu Bolso Em Dia, da Febraban.

## CONCURSOS PÚBLICOS

# Estado tem quatro novas reclamações por dia

Candidatos aprovados em concursos públicos no Maranhão têm recorrido com mais frequência ao Judiciário para reivindicar o direito à nomeação. No último ano, o estado registrou 1.379 novas ações judiciais, o que representa uma média de 3,78 processos por dia, segundo levantamento com base no BI (Business Intelligence) do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Raphael de Almeida, advogado especialista em concursos públicos e sócio do Duarte & Almeida Advogados, explica que a preterição ocorre quando a administração pública desrespeita a ordem de classificação do concurso e candidatos aprovados são ultrapassados ou ignorados na convocação para o cargo. Nesses casos, segundo ele, “o candidato prejudicado pode recorrer ao Judiciário para reivindicar o direito à nomeação”.

Em todo o Brasil, os números mostram a alta desse tipo de ação judicial. Em 2025, o país teve 44.605 novos processos sobre o tema, frente a 35.332 em 2024, um aumento de 26,5% em apenas um ano. Na comparação com 2020, quando foram registrados 27.330 processos, o crescimento che-

ga a 63,21% em cinco anos.

Os primeiros dados de 2026 indicam que o ritmo de judicialização permanece elevado. Apenas em janeiro, foram registradas 2.682 novas ações, uma média de 86 casos por dia. Entre os estados, o Rio de Janeiro concentrou o maior número de ações no último ano, com 6.878, seguido do Distrito Federal (5.385) e da Bahia (3.894). Também aparecem com números elevados Pernambuco (3.841) e Minas Gerais (3.445).

## Quando o candidato pode recorrer à Justiça

Glauco Leal Nogueira, advogado especialista em Direito Público e sócio do Leal Nogueira Advogados, afirma que os casos mais comuns envolvem quebra da ordem de classificação ou situações em que o poder público deixa de convocar aprovados enquanto mantém contratações temporárias ou outras formas de preenchimento do cargo. “Nessas circunstâncias, os candidatos podem entender que houve desrespeito ao resultado do concurso e recorrer ao Judiciário”, diz.

Raphael de Almeida lembra que o próprio edital estabelece os caminhos para contestação de eventuais irregu-

laridades. “O edital prevê a possibilidade de contestar notas, questões ou critérios de correção. Se o candidato identificar erro ou inconsistência, o ideal é apresentar o recurso no prazo, apontando de forma objetiva os pontos equivocados”, afirma.

Também há prazo para esse tipo de questionamento. O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que eventual preterição deve ser contestada dentro do prazo de validade do próprio concurso. “Isso significa que o candidato precisa demonstrar que o ato que gerou o prejuízo ocorreu enquanto o certame ainda estava vigente”, explica Glauco.

Segundo ele, o candidato pode inicialmente recorrer pela via administrativa e, se necessário, buscar medidas judiciais. “Pode caber desde a impugnação do edital até a apresentação de mandado de segurança”, acrescenta. O STF também já reconheceu que a contratação temporária, por si só, não configura automaticamente preterição. Para haver esse reconhecimento, é necessário demonstrar que houve desrespeito à ordem de classificação ou atuação irregular da administração ao deixar de convocar candidatos aprovados.

## REGIÃO TOCANTINA

## FIEMA realiza escuta com setor de curtumes

Representantes da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) se reuniram com empresários do setor de curtumes do município de Ribeirãozinho, na Região Tocantina, para ouvir as demandas de qualificação profissional da atividade e avaliar alternativas de capacitação para trabalhadores das empresas locais.

A agenda integra o ciclo de escutas com empresários de diferentes segmentos industriais da Região Tocantina, conduzido pela FIEMA. O objetivo é identificar necessidades específicas da indústria local e alinhar ações de qualificação e desenvolvimento às realidades de cada cadeia produtiva.

Participaram da reunião o vice-presidente executivo da FIEMA e presidente do Centro das Indústrias do Estado do Maranhão (CIEMA), Cláudio Azevedo, o superintendente da FIEMA, César Miranda, além da coordenadora técnica executiva da FIEMA e do Núcleo de Associativismo e Negócios (NAN), Roberta Tanús, do gerente do SENAI Imperatriz, Deglison Nascimento, empresários do setor e do presidente do Sindicato das Indústrias de Curtimento de Couros e Peles do Maranhão (Sindicouro), Marco Aurélio Moura, que representou os demais associados da entidade.

Durante o encontro, os empresários apresentaram as principais necessidades do setor, destacando a importância de ampliar oportunidades de capacitação voltadas às etapas de beneficiamento e processamento do couro, atividade que tem presença relevante na economia local e gera emprego e renda para mais de mil famílias da região.

**CURSOS ESPECIALIZADOS** – Entre as demandas apontadas está a oferta de cursos de qualificação técnica voltados ao aperfeiçoamento dos trabalhadores que já atuam nas indústrias da região. A proposta é fortalecer a mão de obra especializada da cadeia produtiva dos curtumes e ampliar as oportunidades de formação para novos profissionais interessados na área.

Segundo Cláudio Azevedo, a visita teve como objetivo ouvir diretamente os empresários para compreender as necessidades do setor e avaliar caminhos para apoiar a atividade industrial. “Estamos visitando as indústrias de couro da região de Ribeirãozinho, a pedido do presidente Edilson Baldez, para conversar com os empresários e entender o que eles realmente precisam em termos de capacitação pelo SENAI, além de outras questões importantes para o setor, como as áreas tributária e trabalhista. Esse é o papel da Federação da Indústria, apoiar o setor naquilo que ele precisa”, afirmou.

Para César Miranda, a escuta com os empresários é fundamental para alinhar as iniciativas da Federação às demandas reais da indústria. “A Federação veio até os empresários ouvir a demanda in loco, para ajustar as ações de qualificação às necessidades da indústria de couro dessa região”, disse.

O apoio aos sindicatos se dá no âmbito do projeto Inova Indústria, desenvolvido pela FIEMA em parceria com o Sebrae Maranhão, com foco em inovação, qualidade e aumento da produtividade nas empresas industri-

ais. O programa dá continuidade às ações iniciadas no projeto Inova Sindicato, que mapeou as cadeias produtivas de diferentes segmentos industriais do Maranhão e identificou oportunidades de desenvolvimento para cada setor. A partir desse diagnóstico, a Federação tem estruturado ações de qualificação, capacitação e fortalecimento das atividades produtivas.

Para o presidente do Sindicouro, Marco Aurélio Moura, o encontro foi importante para mapear as necessidades do segmento. “Tivemos a oportunidade de apresentar as demandas do setor e discutir a elaboração de cursos voltados para nossos funcionários e também para futuros trabalhadores da área. A expectativa é que possamos avançar nessa programação para fortalecer a cadeia produtiva do couro na região”, afirmou.

O gerente de Processos da Curtidora Ribeirãozinho, Thomas Gleverson Pertile, também avaliou o encontro como produtivo. “Foi uma reunião importante para discutirmos o desenvolvimento e a formação de colaboradores da base dos curtumes. A expectativa é que possamos colher bons frutos dessa parceria”, disse.



## DIREITOS HUMANOS

## Pela 1ª vez em um quilombo, “Te Alui, Mulher” realiza quase 1.000 atendimentos em São José de Ribamar



Quase 1.000 atendimentos foram realizados, na última sexta-feira (13), na 11ª edição do “Te Alui, Mulher”. Em momento histórico, pela primeira vez em uma comunidade quilombola, a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), com o apoio de parceiros, levou orientação jurídica gratuita, emissão de 1ª e 2ª vias de RG, além de serviços de saúde e assistência social. O mutirão aconteceu no Quilombo de Santana, em São José de Ribamar.

“Esta edição foi especial em muitos aspectos, desde o público atendido pela nossa equipe, uma vez que o ‘Te Alui’ nunca levou serviços para uma comunidade quilombola, passando pela atuação, até aqui, inédita do Instituto de Identificação do Maranhão (Ident-MA) em uma ação do nosso projeto. Foram mais de 50 carteiras de identidade emitidas durante o nosso mutirão, o que resultou em mais cidadania a essa população, que sempre precisou percorrer longas distâncias para ter os seus direitos efetivados”, reforçou a 1ª subdefensora-geral do Estado, Cristiane Marques.

A DPE/MA ofertou atendimento jurídico em demandas relacionadas a pensão alimentícia, guarda, divórcio e registros públicos, bem como emissão de segunda via de certidões de nascimento, casamento e óbito. Também foram oferecidos acolhimento psicossocial, inclusão no Sistema Nacional de Emprego (SINE), aferição de pressão arterial, testes rápidos, consultas médicas e nutricionais, vacinação em geral, inclusive antirrábica.

“O ‘Te Alui’ é um movimento voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade social, com foco também no enfrentamento à violência doméstica. Por isso, a nossa missão é tornar a experiência dessa população o mais completa, segura e descomplicada possível. Durante a 11ª edição, trouxemos atendimento com o CadÚnico, Bolsa Família e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A Equatorial Energia esteve com a gente, para as renegociações, inscrições na Tarifa Social de Baixa Renda e trocas de lâmpadas. Ou seja, tudo para efetivar os direitos e a dignidade de quem mais precisa”, afirmou a coordenadora do Núcleo Psicossocial da DPE/MA, Andreia Lauande.

Na oportunidade, o Núcleo Regional da DPE/MA de São José de Ribamar apresentou à comunidade o “Tudo em Riba – Afrodefs”. O projeto consiste em desenvolver ações contínuas no território ribamarense, em especial para grupos em situação de maior vulnerabilidade social. “Além do reconhecimento identitário, o ‘Tudo em Riba’ contribui diretamente para a geração de renda, ao oportunizar a comercialização de produtos, alimentos, artesanatos e serviços ofertados por empreendedores locais, fortalecendo a economia e incentivando a autonomia financeira da comunidade”, contou a defensora pública Isabele Damous, titular do Núcleo de São José de Ribamar.

Como parte da dinâmica do “Te Alui”, em parceria com a Equatorial Energia e o Instituto Embelleze, mulheres da comunidade quilombola foram certificadas em um curso de design de sobancelhas.



O diretor-presidente do Lacmar Laboratório, Vinicius Braid com o diretor do Lacmar Patologia, Dr. Gerônimo Jr.; a diretora administrativa do Lacmar Rafaella Braid; a médica patologista Dra. Lara Borges do Lacmar Patologia e a gestora do Lacmar Susana Viana/ O diretor do Lacmar Patologia e atual presidente da Sociedade Brasileira de Patologia (SBP), Dr. Gerônimo Junior/ Os médicos gastroenterologistas endoscopistas e proctologistas elogiaram a proposta de inovação e excelência do Lacmar Patologia/ O diretor-presidente do Lacmar, Vinicius Braid, anunciou os investimentos que estão sendo realizados para transformar São Luís em um centro de referência regional no diagnóstico anatomopatológico

## Em evento prestigiado, Lacmar Patologia anuncia nova estrutura tecnológica

A medicina diagnóstica no Maranhão começa a viver uma nova fase com a chegada do Lacmar Patologia, iniciativa que promete elevar o padrão das análises patológicas no estado por meio de investimentos em tecnologia digital, integração entre especialidades médicas e parcerias com referências nacionais da área. O projeto foi apresentado em São Luís durante um jantar científico voltado a gastroenterologistas, endoscopistas e proctologistas, especialidades que concentram grande parte das demandas por biópsias no laboratório. O evento reuniu esses profissionais para uma discussão sobre os avanços na área, e para apresentar a associação do Lacmar com o médico Dr. Gerônimo Junior, uma das maiores autoridades brasileiras em Anatomia Patológica, atual Presidente da Sociedade Brasileira de Patologia (SBP) para o biênio 2025-2026 e diretor do Lacmar Patologia. Durante o encontro, Dr. Gerônimo Junior conduziu a palestra “Muito Além da Biópsia Gastrointestinal: Como a Interação clínico-patológica muda o desfecho do paciente”, destacando que o diagnóstico em patologia depende cada vez mais de uma relação estreita entre médicos especialistas e patologistas, apoiada pela tecnologia de ponta – a qual acelera o diagnóstico – mas não exclui a relação humana, direta e necessária. Segundo ele, a qualidade da informação clínica e da coleta da amostra pode alterar de forma significativa o resultado final do diagnóstico. “O diagnóstico em patologia gastrointestinal não é um ato isolado. É um processo colaborativo que depende da integração entre quem coleta a amostra, quem acompanha o paciente e quem analisa o material. Quando clínicos, endoscopistas e patologistas trabalham juntos, quem ganha é o paciente”, afirmou o diretor do Lacmar Patologia.



Com a implantação do seu novo centro de patologia digital, o Lacmar pretende transformar São Luís em um polo regional de referência no diagnóstico anatomopatológico, ampliando a capacidade técnica local e reduzindo o tempo de resposta para pacientes e médicos.

Com a combinação de investimento tecnológico, colaboração médica e digitalização dos exames, o Lacmar aposta que a nova fase da patologia no estado poderá reduzir distâncias e acelerar diagnósticos — um passo relevante para a evolução da medicina no Maranhão.



Da diretoria do Grupo Fribal, Gustavo Oliveira, Carlos Francisco e Elaine Oliveira receberam na sede da empresa o empreendedor social Edu Lyra

## Fribal recebe visita do Fundador da ONG Gerando Falcões, Edu Lyra

Em São Luís, para o lançamento da 17ª unidade do projeto de transformação social Favela 3D em parceria com o Grupo Equatorial; o empreendedor social Edu Lyra, fundador da ONG Gerando Falcões, fez uma visita de cortesia à sede do Grupo Fribal, onde foi recebido pelo presidente Carlos Francisco de Oliveira, por sua esposa Elaine Oliveira e pelo filho, Gustavo Oliveira, vice-presidente do Grupo Fribal. Edu Lyra é reconhecido internacionalmente pelos projetos sociais inovadores que têm como foco erradicar a pobreza e transformar as favelas brasileiras em verdadeiras potências e celeiros de jovens talentos. Curioso por natureza, com forte disposição para aprender e habilidade para construir redes de relacionamento em prol de quem mais precisa, o empreendedor social se encantou com a história de empreendedorismo do grupo fundado por Carlos de Oliveira. Hoje, a Fribal reúne operações no agronegócio, frigorífico e varejo de carnes, além de ter implantado em São Luís o conceito de empório. Com operações nacionais e internacionais nesses setores, a empresa tem como característica marcante a busca pela qualidade em cada detalhe de seus negócios.



O PRESIDENTE DA FIEMA, EDILSON BALDEZ, participou nesta quinta-feira (12), da abertura da primeira edição da Expoturismo, realizada no Ceprama, no bairro Madre Deus, em São Luís.

O evento reúne representantes dos dez polos turísticos do estado e apresenta experiências ligadas ao artesanato, gastronomia, empreendedorismo e roteiros regionais, com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva do turismo e gerar novas oportunidades de negócios.

Dentro da programação, o 1º secretário da FIEMA, Pedro Robson Costa e o vice-presidente executivo da FIEMA e presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE Maranhão, Celso Gonçalo, participaram do encontro de apresentação do Plano Brasis 2025-2027, realizado pelo Governo do Maranhão em parceria com a Embratur e o SEBRAE Maranhão.

A atividade discutiu estratégias de promoção internacional do turismo brasileiro, com destaque para as potencialidades do Maranhão.